



ACORDO DE COOPERAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através da Procuradoria Geral de Justiça, o PODER JUDICIÁRIO, através da Presidência do Tribunal de Justiça, o GOVERNO DO ESTADO, através da Secretaria da Educação, o FÓRUM PERMANENTE ESTADUAL DE CONSELHOS TUTELARES, através da Coordenadoria Geral, o SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA - SINEPE, através do seu Presidente e a UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - UNDIME, através do seu Presidente, tendo em vista o disposto nos arts. 205 e 227 da Constituição Federal, o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o art. 5º, parágrafo 1º, inciso III e art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando garantir o direito-dever de toda criança e adolescente de cursar o ensino fundamental, firmam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** com a finalidade de implantar no Estado da Bahia um sistema interinstitucional de apoio ao aluno infrequente, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Nas escolas do ensino fundamental do Estado da Bahia, constatada a infrequência do aluno no período de uma semana (ou sete dias letivos alternados no período de um mês), o professor regente de turma ou disciplina deverá imediatamente comunicar o fato, através do preenchimento, em três vias, da **FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE - FICAI**, entregando-a à Direção da Escola, discutindo o caso, em reunião administrativa e/ou pedagógica, para detectar possíveis causas intra e extra-escolares buscando soluções e registrando na **FICAI** o resumo dos encaminhamentos adotados.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Direção da Escola, de posse desta comunicação, no prazo máximo de uma semana, deverá providenciar o contato com os pais ou responsáveis pelo aluno, com o objetivo de fazê-lo retornar à assiduidade, anotando na **FICAI** os encaminhamentos adotados.



A - A Direção da Escola, através dos diversos órgãos escolares, convocará os pais ou responsáveis pelo aluno evadido ou infrequente e, sempre que possível, com a presença do professor regente, procurando esclarecer as causas intra e/ou extra-escolares da infrequência ou do abandono, para tomar iniciativas e providências em relação às mesmas, mostrando-lhes seus deveres para com a educação da criança ou adolescente.

B - Com o objetivo de fazer retornar o aluno evadido ou infrequente, a Escola deverá enviar todos os esforços para localizar sua família, inclusive, informando-se sobre seu paradeiro junto a vizinhos, procurando endereços de amigos ou parentes da família do aluno, enfim, esgotando todos os recursos para encontrá-lo.

C - A Escola, através do Conselho de Pais, Colegiado Escolar, ou outra instância de representação da comunidade escolar, em parceria com associações de moradores, centros comunitários, clubes de mães, grêmios estudantis, clubes de serviço, igrejas, escoteiros, bandeirantes e demais organizações comunitárias e sociais, desenvolverá estratégias como visitas domiciliares, reuniões, palestras e outras, voltadas aos alunos, seus pais ou responsáveis que não atenderem ao seu chamado.

D - A Direção da Escola deverá ainda trabalhar com a comunidade escolar a temática da evasão, dentro dos aspectos legais e educacionais do tema e a maneira de evitá-la.

CLÁUSULA TERCEIRA - Esgotadas as providências e esforços antes descritos, e findo o prazo de uma semana de que trata a cláusula anterior, não tendo sido localizado o aluno ou não voltando este a frequentar a Escola, a Direção da Escola deverá encaminhar a 1ª e 3ª vias da **FICAI**, com a síntese das providências adotadas, ao Conselho Tutelar e, na sua inexistência, ao Juizado da Infância e da Juventude da respectiva Comarca, nos termos do art. 262 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA QUARTA - O Conselho Tutelar, por sua vez, dentro de suas atribuições legais, nos termos do art. 136, ECA, e no período máximo de duas semanas, diligenciará para o efetivo retorno do aluno à escola, adotando, com essa finalidade, as medidas que entender cabíveis, e especialmente, nos casos sociais mais difíceis, fazendo um amplo diagnóstico da situação da criança ou adolescente e da sua família, aplicando medidas de

Handwritten signatures and initials:
- Top left: "P. S. Teixeira" (partially visible)
- Top center: A circled signature.
- Top right: A signature.
- Bottom left: A large, stylized signature.
- Bottom center: A signature with a large arrow pointing to the right.
- Bottom right: A signature.
- Far right: A small circular stamp with the text "M. 10/10".



proteção ao infante (art. 101, ECA), medidas aos pais (art. 129, ECA), e requisitando ao Poder Público Municipal todo o apoio necessário.

§ 1º - Obtendo êxito, a 1ª via da **FICAI** retornará à escola, com as anotações das providências adotadas, permanecendo a 3ª via arquivada no Conselho Tutelar.

§ 2º - Não obtendo êxito neste prazo, o Conselho Tutelar encaminhará a 1ª via da **FICAI** à Promotoria da Infância e Juventude, arquivará a 3ª via devidamente anotada e informará à Escola na mesma data acerca do encaminhamento adotado.

CLÁUSULA QUINTA - A Promotoria da Infância, finalmente, após conferir se foram esgotadas todas as providências de responsabilidade da Escola e do Conselho Tutelar, conforme registros constantes da **FICAI**, notificará os pais ou responsável para comparecimento, acompanhados do infante, e baldados também seus esforços de convencimento, examinará a ocorrência ou não do descumprimento pelos pais do art. 249, ECA, ou do crime de abandono intelectual do art. 246 do Código Penal, ou ainda das omissões dos arts. 22, ECA e 1637/1638 do Código Civil, para tomar as iniciativas cabíveis, devolvendo à Escola, no prazo máximo de uma semana, a primeira via da **FICAI**, com anotações resumidas das providências tomadas e dos resultados obtidos, arquivando cópia da mesma;

CLÁUSULA SEXTA - A Escola, após receber de volta do Conselho Tutelar ou do Promotor da Infância a 1ª via da **FICAI**, anotarà na 2ª via, no seu arquivo, os registros feitos naquelas instâncias, e fará sua remessa à Secretaria da Educação, conforme o caso, para fins estatísticos e outros encaminhamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica instituída a **FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQÜENTE - FICAI**, conforme modelo constante do **ANEXO V**, que é parte integrante deste acordo de cooperação, cabendo ao sistema educacional correspondente, adicionar sua respectiva identificação.

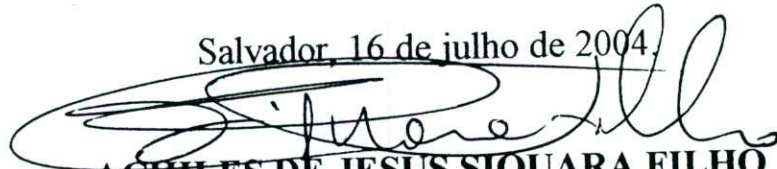
CLÁUSULA OITAVA - O presente acordo, que não impede as instituições acordantes de manterem ou desenvolverem ações mais

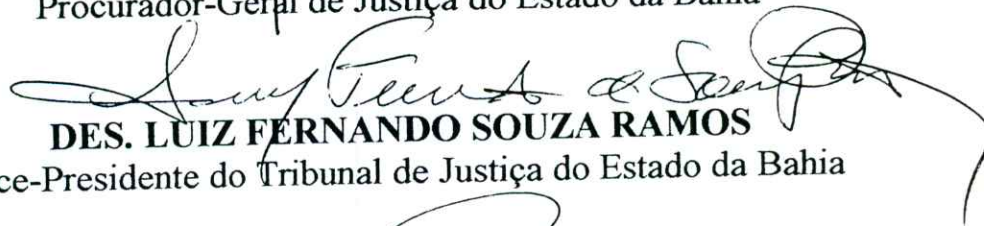


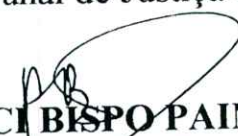
abrangentes para assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, entrará em vigor a partir da sua assinatura.


Estando todas as partes em pleno acordo quanto aos termos deste ajuste, que expressa a vontade e o compromisso das mesmas para garantir a todas as crianças e adolescentes o direito à educação, assinam-no em vias de igual teor, entregando-se uma a cada acordante.


Salvador, 16 de julho de 2004.



ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia


DES. LUIZ FERNANDO SOUZA RAMOS
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



ANACI BISPO PAIM
Secretária da Educação do Estado da Bahia

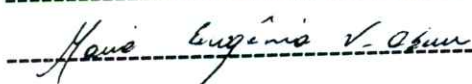

ANA ELIZABETH GOMES CRUZ
Fórum Permanente Estadual de Conselhos Tutelares


NATÁLIO CONCEIÇÃO DANTAS
Presidente do SINEPE


ADILZA CAROLINA CRUZ SANTOS TEIXEIRA
Presidente da UNDIME/BA

Testemunhas:





DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO - MINISTÉRIO PÚBLICO 2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA

Salvador • Sábado e Domingo
17 e 18 de julho de 2004
Ano LXXXVIII • Nºs 18.604 e 18.605

1

Ministério Público

BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de
Art. 86, XIV da Lei Complementar nº 11/1996,
para, para a comarca de Formosa do
Rio Preto, revogada, a partir
da Costa Filho, através do Ato de

16 de julho de 2004.

HO

DO ESTADO DA BAHIA, no uso de
Art. 86, XIV da Lei Complementar nº
11/1996, para, para o município exercer as
atribuições dos fatos contidos no

16 de julho de 2004

HO

PORTARIA NO. 0000054

440004

REZA FT VALOR

390 39 00 2.000,00

REALIZAÇÃO DE CREDITO

PORTARIA NO. 0000055

440004

REZA FT VALOR

00 2.000,00

00 00,00

REALIZAÇÃO DE CREDITO

PORTARIA NO. 0000056

440004

REZA FT VALOR

190.13 00 900.000,00

190.91 00 2.660.000,00

190.11 00 1.600.000,00

190.16 00 60.000,00

190.09 00 20.000,00

190.04 00 8.700,00

190.91 00 290,00

REALIZAÇÃO DE CREDITO

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA ELEITORAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 07/2004, DE 13 DE JULHO DE 2004

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DA BAHIA, no

exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Promotores Eleitorais com atuação nas 154ª, 155ª e 157ª Zonas Eleitorais para, em auxílio ao Membro do Ministério Público Eleitoral com ofício junto à 156ª Zona, oficiarem, em conjunto ou separadamente, em todos os feitos relativos à Propaganda Eleitoral, até ulterior deliberação.

Salvador/BA, 13 de julho de 2004.

AURISTELA OLIVEIRA REIS
Procuradora Regional Eleitoral

COMUNICAÇÃO Nº 017 O PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO

PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, de acordo com o disposto no art. 123 do seu Regimento Interno, torna público que foi requerida a homologação do arquivamento dos procedimentos abaixo relacionados:

Inquérito Civil nº 013/03, da 4ª PJMA. Poluição sonora. Interessados: Washington Silva Junior e a sociedade.
Procedimento Administrativo nº 019/01, de Ilhéus. Apuração em postos clandestinos de revenda de gás. Interessados: Luciano Alves Moreira e as revendedoras Brasilgás, Shellgás e Minasgás.
Procedimento Administrativo nº 028/03, de Ilhéus. Prática discriminatória. Interessados: Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC e moradores de Ilhéus. Interessado: a sociedade.
Inquérito Civil nº 19/02, de Camaçari. Atuação sem regularização ambiental. Interessado: Bar do Cosmilton, Isaura Maria dos Santos e Antônio Palma dos Santos.
Procedimento Administrativo nº 018/04, de Itabuna. Poluição sonora. Interessados: Bar do Cosmilton, Isaura Maria dos Santos e Antônio Palma dos Santos.
Inquérito Civil nº 01/03, de Guanambi. Abatimento clandestino de animais bovinos. Interessado: a sociedade.
Procedimento Administrativo nº 0132/04, de Itabuna. Improbidade administrativa. Interessados: Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município e a sociedade.
Processo Administrativo nº 013/04, de Itabuna. Poluição sonora. Interessados: Bartolomeu de Oliveira Santos e a sociedade.
Procedimento Investigatório Preliminar nº 024/02, de Camaçari. Poluição sonora. Interessado: a sociedade.
Procedimento Investigatório Preliminar nº 039/03, de Camaçari. Poluição sonora. Interessado: a sociedade.
Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 01/01, de Feira de Santana. Poluição sonora. Interessados: Moradores da Rua Vasco Filho e a Igreja Assembléia de Deus.
Inquérito Civil nº 005/00, da 4ª PJMA. Dano ambiental. Interessados: Condomínio Village Petromar e a Sociedade.
Procedimento Preparatório nº 03/03, de Mata de São João. Formação de cartel de gás. Interessados: Nelson Pellegriño e a sociedade.
Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 095/00, de Feira de Santana. Estacionamento e manutenção de veículo em logradouro público. Interessado: moradores da rua Leonídio Rocha e Emerson Bergossi.
Processo nº 17074/04. Procedimento Preparatório de Inquérito Civil s/nº, de Lauro de Freitas. Dano ambiental. Interessados: Haroldo Lopes de Sã Filho e Empresa ASTRAL.
Inquérito Civil nº 069/99, de Feira de Santana. Informações sobre o SPC. Interessados: Diretoria Executiva do SPC/CDL.
Procedimento Administrativo nº 113/04, de Itabuna. Saúde Pública. Interessado: a sociedade.
Procedimento preparatório nº 002/02, de Mata de São João. Venda clandestina de botijões de gás de cozinha. Interessado: a sociedade.
Procedimento Administrativo nº 017/01, de Ilhéus. Poluição sonora. Interessados: Concha Acústica, Circo Folias da Gabriela e moradores da Avenida Soares Lopes.
Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 10/03, de Lauro de Freitas. Improbidade Administrativa. Interessado: Joana Ventura.
Procedimento Administrativo nº 04/04, de Correntina. Improbidade Administrativa. Interessados: Lindinalva Trindade D'Oliveira e a Prefeitura de Correntina.
Inquérito Civil nº 141/2003, da 4ª PJMA, desta Capital. Possível dano ambiental. Interessados: Edson Gama Souza e o Centro de Recursos Ambientais - CRA.
Processo nº 20490/2004 - Procedimento Administrativo s/nº, de Candeias. Atraso de pagamento de salários. Interessados: Paulo da Anunciação, Deputado Estadual à época, e a gestora do Município de Candeias.
Inquérito Civil nº 001/2004, da Promotoria de Justiça de Fundações, desta Capital. Irregularidades praticadas pelo Sr. Walter Crispim da Silva, Presidente da Fundação Visconde de Cairu - FVC. Interessados: José Rocha Laranjeira, Walmar Santana Filho e José Pitanga da Silva.
Procedimento Investigatório Preliminar nº 29/2003, de Camaçari. Construção de galpão comercial às margens do Riacho Monte Gordo. Interessados: Centro de Recursos Ambientais e a Srª Iracema Mota Carvalho.
Procedimento Investigatório Preliminar nº 014/2002, de Camaçari. Irregularidades nos serviços da Telemar. Interessados: Miracyr Benevides Lima e a Telemar.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, julho, 15, 2004.

Achilles de Jesus Siquara Filho
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Resumo de Acordo de Cooperação

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia, Poder Judiciário, Secretaria da Educação, Fórum Permanente Estadual de Conselhos Tutelares, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado da Bahia.

Objeto: Cooperação entre as partes com a finalidade de implantar no Estado da Bahia um sistema interinstitucional de apoio ao aluno infrequente. Vigência: a partir da data de assinatura, em 16/07/2004.

PROCEDIMENTO ARQUIVADO

Protocolo nº. 003.13158/2003

Origem: Correntina

Interessados: Prefeitura Municipal de Iapu, Ezequiel Pereira Barbosa, Joaquim Pereira da Silva e Ministério Público do Estado da Bahia.

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO - FASE DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - CONVITE 36/2004 - PROCESSO 23222/2004 - PGL - OBJETO: aquisição de impressoras - PROPOSTAS CLASSIFICADAS: WK COMPUTADORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., MARLIN INFORMÁTICA LTDA., LEBRE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA., POLO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. e STILLO INFORMÁTICA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA., PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS: OFFICER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA S/A e DIGITAPE INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - PROPOSTA VENCEDORA: LEBRE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. - Valor total em R\$ 33.875,00 - Em, 16/07/04 - Alvaro Medeiros Filho - Presidente da CPL.

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO - FASE DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - CONVITE 37/2004 - PROCESSO Nº 21893/2004 - OBJETO: aquisição de fardamentos - EMPRESAS HABILITADAS: MONTE CRISTO COMÉRCIO LTDA., NEUSA DE ALMEIDA FREIRE, CHRISTIANNE REZENDE PAES BARRETO, KD FARMAMENTO IND. COM. DE CONFECCOES E SERVIÇOS LTDA., GALPÃO DO POLO LTDA., CONFECCOES HERBERT LTDA., ALAIDE ALVES DOS SANTOS, MENDES CALÇADOS LTDA ME e C & G COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA. - Em, 16/07/2004 - Alvaro Medeiros Filho - Presidente da CPL.

RESUMO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA; CONTRATADA: EMPRESA POSTO DE LUBRIFICAÇÃO BARBALHO LTDA; PREÇOS: Os preços por litro da Gasolina passa a ser de R\$ 2,10, e do Óleo diesel passa para R\$ 1,36, RATIFICAÇÃO: FICAM RATIFICADAS TODAS E DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES.